

Empresários visitam Sistematização e comentam perigo da estabilidade

BRASÍLIA — Um grupo de empresários de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná esteve ontem na Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte visitando as lideranças partidárias e dando início a um movimento que pretende, especialmente barrar as propostas de estabilidade de emprego e jornada de 40 horas semanais, questões consideradas pela classe empresarial como penosas para a atividade econômica e a manutenção do nível de emprego.

A comitiva esteve com os Vice-Presidentes da Comissão de Sistematização, Deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Aluizio Campos (PMDB-PB) para informar que, nos próximos 30 dias, as entidades patronais promoverão um amplo debate com as classes trabalhadoras visando aprimorar e modernizar as relações trabalhistas e discutir o anteprojeto, para que a nova Constituição possa refletir os interesses de ambas as partes.

Segundo o Presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Fierj), Arthur João Donato, nem toda a classe trabalhadora defende a



Foto de Gilberto Alves

Campos, Monteiro e João Donato ouvem a argumentação de Luis Eulálio

estabilidade de emprego tal como está expressa no anteprojeto do Relator Bernardo Cabral, pois estão conscientes que a medida pode aumentar o desemprego e acirrar a crise econômica.

Durante o encontro, o ex-Presidente da Federação das Indústrias de

São Paulo (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal, e demais empresários da comitiva, ouviram do Deputado Brandão Monteiro que as sugestões devem ser apresentadas formalmente ao plenário da Constituinte, em forma de emenda ao anteprojeto, através dos parlamentares que de-

fendem estas posições. Para Brandão Monteiro, o anteprojeto reflete, em relação à ordem social, a intensa mobilização dos trabalhadores, que estiveram sempre ativos na fase das subcomissões, enquanto os lobbies empresariais se concentraram na Comissão da Ordem Econômica, que sempre defendeu os interesses do grupo.

— O que existe são posições muito dispares dentro do anteprojeto — analisou Brandão Monteiro —, que nada mais é do que a coleta do trabalho das subcomissões e comissões temáticas. Estamos elaborando uma Constituição duradoura, que não pode ser de direita nem de esquerda, mas tem que refletir a maioria do pensamento da sociedade brasileira. Junto com as argumentações contra a proposta de jornada de 40 horas e a estabilidade de emprego, os empresários apresentaram à Comissão de Sistematização a sugestão de uma emenda popular contra a estatização do Sesi e Senai e alterações no sistema de remuneração do FGTS, que também devem ser apresentadas na fase de emendas ao anteprojeto constitucional.

Líder afirma que pressões forçam acordo

BRASÍLIA — O Líder do Governo no Senado, Fernando Henrique Cardoso, afirmou ontem que a crise vivida pela Constituinte é fabricada por dois ingredientes políticos: pressões de grupos "conservadores" sobre o Presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos, e o Relator, Bernardo Cabral; e a existência de cerca de 10 pontos polêmicos no projeto original.

— Isso força a negociação política, que o PMDB já iniciou com o PFL, para impedir a mudança do Regimento — disse ele.

Segundo Fernando Henrique, os principais pontos de conflito de interesses dizem respeito ao sistema de governo, anistia, estabilidade, jornada de trabalho, reforma agrária e intervenção do Estado na economia.

Para o Senador, o problema é que diferentes itens desagradam a diferentes grupos e isso gera muito "barulho político, mas não existe um capítulo que atraia oposição irreductível da maioria".

Ele considerou mais grave e desca-bida a pressão exercida por "conservadores" sobre Afonso Arinos e Bernardo Cabral para permitir o acatamento, nesta fase dos trabalhos, de emendas alterando o mérito de alguns trechos do projeto.

— O projeto é acusado de ser uma "colcha de retalhos" mas resulta de um decisão da Assembléia e não da cabeça de três ou quatro brasileiros — observou, acrescentando que quem prega a mudança do Regimento trabalha contra a consolidação das lideranças políticas.

— Agora — prosseguiu o Senador — começa uma fase marcada por duas etapas principais: a negociação, e depois um trabalho de construção jurídica para dar uma forma mais precisa ao projeto.

De acordo com Fernando Henrique, após o dia 15 as emendas de mérito começarão a surgir naturalmente e até 20 de setembro haverá prazo suficiente para a negociação.

— O problema é que as pressões e contra-pressões surgidas desse processo transferem para a opinião pública uma sensação de impasse que, na prática, não se confirma.

Na sua opinião, a Convenção do PMDB poderá dar uma colaboração importante porque apontará um caminho no tocante ao sistema de governo e ao mandato do Presidente Sarney, o que acabará tendo grande repercussão na Constituinte. Para o Senador, será uma forma de o Legislativo se pronunciar sobre a atual situação através de seu partido majoritário. E, no final, isso sem dúvida contribuirá para fortalecer o Legislativo diante do Executivo, diz ele.

Baianos iniciam campanha para manter Estado

SALVADOR — "A Bahia não se divide". Com esse slogan, o Governador Waldir Pires e o Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia, Deputado Coriolano Sales, lançam hoje, nesta Capital, a campanha para recolher um milhão de assinaturas para uma emenda popular que será apresentada à Constituinte, contra a divisão do território baiano para a criação do Estado de Santa Cruz.

O lançamento da campanha ocorrerá no plenário da Assembléia e estarão presentes representantes de entidades da Capital e do interior, contrárias ao projeto separatista do Deputado Fernandes Gomes (PMDB-BA), acolhido pela comissão temática de Organização do Estado. Pelo projeto, serão desmembrados 160 municípios baianos para a criação do novo Estado, que teria como Capital uma das cinco grandes cidades das regiões Sul e Sudoeste da Bahia: Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié ou Itapetinga.

Para conseguir um milhão de assinaturas, serão instalados postos da campanha em todos os 367 municípios baianos. Somente em Salvador, serão instalados 30 postos fixos e outros volantes. Eles funcionarão até o dia 15 de agosto, e no dia seguinte, a emenda será encaminhada à Comissão de Sistematização da Constituinte.